

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2019**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS**  
**REALIZADA EM 28/02/2020.**

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre de 2019, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no quadro de atos localizado no saguão do prédio Administrativo da Prefeitura, bem como na Internet ( [www.veracruz.rs.bov.br](http://www.veracruz.rs.bov.br) ) e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

**Cumprir informar que, em razão da população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que trata o art. 53 e 54 da mesma lei.**

## **1. METAS FISCAIS**

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município em honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas fiscais, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, (rend. aplic. financeira, operações de crédito, amortização de empréstimos frda e alienação de bens), e do lado da despesa, (concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de janeiro a dezembro de 2019, o

resultado primário total foi de R\$ 4.386.340,16, demonstrando assim que as receitas fiscais foram suficientes para suportar integralmente as despesas fiscais, além de gerar excedentes para o pagamento da dívida, cujo dispêndio com juros e amortizações totalizou R\$ 2.673.163,19 no período.

#### QUADRO 1 – RESULTADO PRIMÁRIO - JAN A DEZ/2019

RECEITA	Previsão Anual (Atualizada)	Realizada no Período	% Real / Progr.
<b>Receitas Correntes</b>	76.663.085,81	83.707.723,08	109,19
(-) Rendimentos de Aplicações	4.656.386,67	11.092.594,89	238,22
<b>1 (=) Receitas Fiscais Correntes</b>	<b>72.006.699,14</b>	<b>72.615.128,19</b>	<b>100,84</b>
<b>Receitas de Capital</b>	3.061.104,42	2.094.228,49	68,41
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	9.103,93	13.851,22	152,15
(-) Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
<b>2 (=) Receitas Fiscais de Capital</b>	<b>3.052.000,49</b>	<b>2.080.377,27</b>	<b>68,16</b>
<b>3 Receitas Fiscais Líquidas (1+2)</b>	<b>75.058.699,63</b>	<b>74.695.505,46</b>	<b>99,52</b>

DESPESA	Programada no Período/Dotação Atualizada	Realizada no Período/Liquidada + RP não processados (enc.exerc)	% Real / Progr.
Despesas Correntes	69.623.633,05	67.601.462,41	97,10
(-) Juros e Encargos da Dívida	669.296,08	658.851,00	98,44
<b>4 (=) Despesas Fiscais Correntes</b>	<b>68.954.336,97</b>	<b>66.942.611,41</b>	<b>97,08</b>
<b>Despesas de Capital</b>	<b>15.053.913,67</b>	<b>5.380.866,08</b>	<b>35,74</b>
(-) Concessão de Empréstimos	9.203,93	0,00	0,00
(-) Aquisição de Títulos de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	2.014.312,19	2.014.312,19	100,00
<b>5 (=) Despesas Fiscais de Capital</b>	<b>13.030.397,55</b>	<b>3.366.553,89</b>	<b>25,84</b>
<b>6 Reserva de Contingência</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>7 Despesas Fiscais Líquidas (4+5+6)</b>	<b>81.984.734,52</b>	<b>70.309.165,30</b>	<b>85,76</b>
<b>8 Resultado Primário (3 - 7)</b>	<b>-6.926.034,89</b>	<b>4.386.340,16</b>	<b>(*)</b>

(\*) No resultado primário, de acordo com MDF-STN, não estão inclusas receitas e despesas intra-orçamentárias.

O Resultado Nominal apurado foi de (-) R\$ 1.830.105,84 o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento líquido no período. Por esta metodologia, leva-se em consideração a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência (31/12/2019) e o saldo da dívida fiscal líquida no período anterior ao de referência (31/12/2018), sendo que caso o resultado seja positivo = déficit, e caso negativo = superávit. Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo inferior àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para uma redução no nível da Dívida Consolidada Líquida. Tal fato ocorre pelo pagamento regular das parcelas das dívidas.

**QUADRO 2– APURAÇÃO DO RESULTADO NOMINAL (METODOLOGIA DA STN) - JAN A DEZ/2019**

ESPECIFICAÇÃO	SALDO ALTERIOR (A)	SALDO ATUAL (B)	DIFERENÇA (B – A)
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA – DC(1)</b>	<b>7.484.825,45</b>	<b>5.840.634,76</b>	<b>-1.644.190,69</b>
Dívida Mobiliária			<b>0,00</b>
Dívida Contratual	7.484.825,45	5.840.634,76	<b>-1.644.190,69</b>
Precatórios (após 05/05/2000)	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Oper.Crédito Inferior a 12 meses			<b>0,00</b>
<b>Parcelamento de Dívidas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
De Tributos			<b>0,00</b>
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Previdenciárias (INSS)			<b>0,00</b>
Demais Contribuições Sociais			<b>0,00</b>
Do F G T S			<b>0,00</b>
Outras Dívidas			<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES (2)</b>	<b>4.827.643,86</b>	<b>5.013.559,01</b>	<b>185.915,15</b>
Ativo Disponível	5.726.691,83	6.283.554,07	<b>556.862,24</b>
Haveres Financeiros	43.464,35	32.479,54	<b>-10.984,81</b>
(-) Restos a Pagar Process.	942.512,32	1.302.474,60	<b>359.962,28</b>
<b>OBRIGAÇ. NÃO INTEGRANTES DA DC</b>			<b>0,00</b>
Precatórios anteriores a 05/05/2000			<b>0,00</b>
Insuficiência Financeira			<b>0,00</b>
Outras Obrigações			<b>0,00</b>
			<b>RESULTADO NOMINAL</b>
<b>DÍVIDA CONS. LÍQUIDA – DCL (1–2)</b>	<b>2.657.181,59</b>	<b>827.075,75</b>	<b>-1.830.105,84</b>

## 2. RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as deduções para o Fundeb, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2019 o montante de R\$ 79.929.521,77, sendo reestimada a receita no decorrer do exercício para o montante de R\$ 85.726.523,83. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2019 foi de R\$ 90.569.736,18, tendo sido arrecadado, portanto 105,65% da reestimativa prevista. Destacamos neste quadro, as Receitas Patrimoniais, que em grande parte, são os rendimentos de aplicação financeira do RPPS, que neste período renderam bem acima do valor estimado por nós.

**QUADRO 3 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA**

<b>Discriminação</b>	<b>Previsão Anual (Atualizada)</b>	<b>Realiz. no Período</b>	<b>% Real. Ano</b>
<b>1 – Receitas Correntes</b>	<b>76.663.085,81</b>	<b>83.707.723,08</b>	<b>109,19</b>
Receita Tributária	9.187.689,68	9.202.248,40	100,16
Receita de Contribuições	3.266.161,43	3.075.324,61	94,16
Receita Patrimonial	4.837.540,88	11.262.481,85	232,81
Receita Agropecuária	0,00	0,00	-
Receita Industrial	0,00	0,00	-
Receita de Serviços	7.927.174,13	8.410.845,72	106,10
Transferências Correntes	50.486.850,85	50.490.635,06	100,01
Outras Rec. Correntes	957.668,84	1.266.187,44	132,22

<b>Discriminação</b>	<b>Previsão Anual (Atualizada)</b>	<b>Realiz. no Período</b>	<b>% Real. Ano</b>
<b>2 – Receitas de Capital</b>	<b>3.061.104,42</b>	<b>2.094.228,49</b>	<b>68,41</b>
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	57.494,33	144.411,31	251,17
Amort. de Empréstimos	9.103,93	13.851,22	152,15
Transfer. De Capital	2.994.221,76	1.902.047,22	63,52
Outras Rec. De Capital	284,40	33.918,74	-
<b>3 – Rec.Corrente + Capital Intra-Orç.</b>	<b>6.002.333,60</b>	<b>4.767.784,61</b>	<b>79,43</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>85.726.523,83</b>	<b>90.569.736,18</b>	<b>105,65</b>

### 2.1.1 Receita Tributária

A Receita Tributária atingiu até o final do mês de dezembro de 2019, o montante de R\$ 9.202.248,40, que representa uma realização de 100,16% da projeção para o ano.

O I P T U arrecadou 94,23% da previsão anual, ou seja, o ingresso previsto para o ano foi de R\$ 3.518,050,00, tendo sido arrecadados R\$ 3.315.107,54.

O I T B I arrecadou 94,58% da previsão anual, ou seja, o ingresso previsto para o ano foi de R\$ 865.165,41, tendo sido arrecadados R\$ 818.262,04.

O I S S arrecadou 105,90% da previsão anual, ou seja, o ingresso previsto para o ano foi de R\$ 1.970.309,48, tendo sido arrecadados R\$ 2.086.520,96.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 804.736,12, contra uma projeção de R\$ 821.080,99. Arrecadou-se, portanto, 98,01% da meta anual.

#### QUADRO 4 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual Atualizada	Realizada no Período	% Realiz
<b>Impostos</b>	<b>8.246.246,87</b>	<b>8.282.603,28</b>	<b>100,44</b>
I P T U	3.518.050,00	3.315.107,54	94,23
I R R F	1.892.721,98	2.062.712,74	108,98
I T B I	865.165,41	818.262,04	94,58
I S S	1.970.309,48	2.086.520,96	105,90
<b>Taxas</b>	<b>821.080,99</b>	<b>804.736,12</b>	<b>98,01</b>
Taxas p/ Exerc.Poder de Polícia	500.108,95	594.073,40	118,79
Taxas p/ Prestação de Serviços	320.972,04	210.662,72	65,63
<b>Contribuição de Melhorias</b>	<b>120.361,82</b>	<b>114.909,00</b>	<b>95,47</b>
<b>Total das Receitas Tributárias</b>	<b>9.187.689,68</b>	<b>9.202.248,40</b>	<b>100,16</b>

### 2.1.2 Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições acumularam no ano, até o mês de dezembro, o valor R\$ 3.075.324,61, correspondendo a 94,16% da previsão anual.

**QUADRO 5 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – PREVISTAS E REALIZADAS**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Previsão Anual (Atualizada)</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>Contribuições Sociais</b>	<b>2.358.263,00</b>	<b>2.261.142,12</b>	<b>95,88</b>
Contribuições Previdenciárias	2.358.263,00	2.261.142,12	95,88
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	-
<b>Contribuições Econômicas</b>	<b>907.898,43</b>	<b>814.182,49</b>	<b>89,68</b>
Contribuição p/Custeio Ilum.Pública	907.898,43	814.182,49	89,68
Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	-
<b>Total das Receitas de Contribuições</b>	<b>3.266.161,43</b>	<b>3.075.324,61</b>	<b>94,16</b>

**2.1.3 Transferências Correntes**

No grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que realizou R\$ 15.002.647,66 no período, correspondendo a 98,46% da projeção anual.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no I C M S, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 9.450.284,91, correspondendo a 108,13% da expectativa anual, que é de R\$ 8.739.555,91.

**QUADRO 6 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Previsão Anual (Atualizada)</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Realiz</b>
<b>Transferências da União</b>	<b>24.027.118,00</b>	<b>23.449.872,75</b>	<b>97,60</b>
Cota parte do F P M - Líquido	15.237.572,17	15.002.647,66	98,46
Cota-Extra do F P M - Dezembro	829.290,00	827.618,22	99,80
Cota-Extra do F P M - Julho	796.743,23	797.041,59	100,04
Cota parte do I T R - Líquido	34.704,18	18.336,44	52,84
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)- Líquido	57.160,87	0,00	0,00
Comp.Financ.Rec.Minerais – DNPM	83.715,13	36.901,50	44,08
Cota Parte Fundo Especial (Lei 7525)	261.656,23	288.949,16	110,43
FNS - Bloco - Atenção Básica	1.711.076,00	1.793.455,41	104,81
FNS - Bloco - Assist.Farmacêutica	144.332,28	145.512,23	100,82
FNS - Bloco - Média e Alta Complexidade	1.191.330,96	1.193.279,38	100,16
FNS - Bloco - Vigilância em Saúde	102.046,80	123.275,37	120,80
FNS - Bloco - Gestão do Sus	0,00	0,00	#DIV/0!

Outras Transf. do SUS	261.924,30	130.962,15	50,00
Transferências do F N A S	440.590,00	383.083,23	86,95
Transferências do F N D E	1.606.232,77	1.508.225,14	93,90
Transfer.Advindas de Emend.Parlam.	220.000,00	220.000,00	100,00
Outras Transferências da União	1.048.743,08	980.585,27	93,50
<b>Transferências do Estado</b>	<b>13.011.909,35</b>	<b>13.582.578,91</b>	<b>104,39</b>
Cota Parte do I C M S - Líquido	8.739.555,91	9.450.284,91	108,13
Cota Parte do I P V A - Líquido	2.121.093,59	2.195.428,10	103,50
Cota Parte do IPI / Exportação - Líquido	168.121,72	140.223,85	83,41
Cota parte da C I D E	59.896,68	27.560,80	46,01
Cota parte Royalties	0,00	0,00	-
Transf.do Fundo Est.Saúde (FES)	1.035.036,85	872.331,18	84,28
Transf.do Fundo Est.Saúde (FNAS)	0,00	8.837,35	0,00
Outras Transferências do Estado	65.000,00	44.205,66	68,01
Transferências de Convênios	823.204,60	843.707,06	102,49

#### 2.1.4 - Transferências do F U N D E B

##### QUADRO 7 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (Atualizada)	Realizada no Período	% Realiz
Valores Recebidos do FUNDEB	<b>13.442.323,50</b>	<b>13.344.033,62</b>	<b>99,27</b>
Valores Transferidos para o FUNDEB	<b>6.525.304,23</b>	<b>6.701.754,61</b>	<b>102,70</b>
Ganho com o FUNDEB	<b>6.917.019,27</b>	<b>6.642.279,01</b>	<b>96,03</b>

### 3. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, excluindo o RPPS, a Despesa Total liquidada mais RP não processados no Executivo e Legislativo, no período de janeiro a dezembro de 2019, apresentou uma ***execução inferior*** à Receita Total realizada nos respectivos poderes. Em valores acumulados e, excluindo o RPPS, a receita total foi de R\$ 71.855.277,03 e a despesa total liquidada mais RP não processados foi de R\$ 71.580.505,82, obtendo um resultado superavitário de R\$ 274.771,21. Este resultado é de todas as fontes de recursos somadas, mas o controle financeiro para fechamento das

contas é individualizado de cada fonte. Informamos ainda, que analisando cada recurso, todos fecharam de forma superavitária no exercício.

**QUADRO 8 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS, EXCLUÍDOS O RPPS)**

<b>Receita Realizada</b>	<b>Previsão Anual (Atualizada)</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>(1) Receita Total</b>	<b>72.454.339,23</b>	<b>71.855.277,03</b>	<b>99,17</b>

<b>Despesa Liquidada + RP não processados (no encerramento exerc.)</b>	<b>Dotação Atualizada</b>	<b>Realizada no Período-Liquidado</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>68.301.579,91</b>	<b>66.189.534,09</b>	<b>96,91</b>
Pessoal e Encargos Sociais	41.110.716,38	40.449.956,47	98,39
Juros e Encargos da Dívida	669.296,08	658.851,00	98,44
Outras Despesas Correntes	26.521.567,45	25.080.726,62	94,57
<b>Despesas de Capital</b>	<b>15.064.019,32</b>	<b>5.390.971,73</b>	<b>35,79</b>
Investimentos	13.040.503,20	3.376.659,54	25,89
Inversões Financeiras	9.203,93	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.014.312,19	2.014.312,19	100,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	-
<b>Reserva Contingência</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(2) Despesa Total</b>	<b>83.365.599,23</b>	<b>71.580.505,82</b>	<b>85,86</b>
<b>Resultado Orçamentário (1-2)</b>	<b>-10.911.260,00</b>	<b>274.771,21</b>	<b>-</b>
<b>Relação Despesa/Receita (2 / 1)</b>	<b>115,06%</b>	<b>99,62%</b>	<b>-</b>

Em termos analíticos, os principais investimentos realizados pela administração, no período em análise, foram os seguintes:

- Construção de cabine narração e banheiros no Parque Jurema Tornquist (em andamento);
- Reforma do Ginásio de Ferraz junto a Walter Dreyer (finalizado);
- Construção de mais 96 Gavetas Cemitério Municipal;
- Pavimentação Asfáltica de Trecho da Av. Nestor F. Henn;
- Pavimentação Asfáltica de Trecho da Ernesto Wild;
- Nova Creche no bairro Imigrante;
- Reforma e Ampliação ESF Linha Henrique D'Ávila;
- Quadras de Areia de bairros;
- Execução da Pista de Abastecimento junto a Secretaria de Obras;
- Aquisição de uma Retroescavadeira Case;
- Aquisição de um veículo Ducato para transporte de pacientes da Saúde (repasso do Legislativo);
- Construção de 2 Pavilhões no Parque Municipal de Eventos (em andamento);

- Pavimentação Asfáltica de Trecho da rua Tiradentes;
- Pavimentação Asfáltica de Trecho da rua Cipriano de Oliveira (em andamento);
- Reforma e instalação de PPCI Ginásio junto a EMEF Sagrado Coração de Jesus ( em andamento);
- Aquisição de Equipamentos de Informática;
- Móveis e Utensílios em Geral;

#### 4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF – (CFE. CÁLCULO DO TCE)

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, item mais significativo no conjunto das despesas fiscais, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (janeiro a dezembro/2019) conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, **está abaixo** do limite prudencial de 51,30% (Executivo) e 5,70% (Legislativo), apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 48,72% para o Executivo e 2,81% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses (janeiro a dezembro/2019), considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 67.828.976,85.

#### QUADRO 09 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F

PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	<b>33.049.463,77</b>	<b>48,72%</b>	<b>51,30%</b>	<b>54%</b>
Despesas com pessoal do Legislativo	<b>1.905.304,76</b>	<b>2,81%</b>	<b>5,70%</b>	<b>6%</b>
<b>Total das despesas com pessoal</b>	<b>34.954.768,53</b>	<b>51,53%</b>	<b>57%</b>	<b>60%</b>

#### 5. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (CFE. CÁLCULO DO TCE)

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, até o mês de dezembro/2019, totalizaram R\$ 11.099.428,15, o que corresponde a 25,57% da Receita de

Impostos e Transferências. O limite estabelecido pela Constituição Federal é de 25%, que deve ser verificado somente no encerramento do exercício.

## **6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (CFE. CÁLCULO DO TCE)**

As despesas com Saúde – ASPS, até o mês de dezembro/2019, totalizaram em R\$ 10.930.881,35, o que corresponde a 25,18% da Receita de Impostos e Transferências. O limite estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29/2000 é de 15%, e a verificação do atendimento é feita no encerramento do exercício.

## **7. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS**

O Município instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No período observado (janeiro até dezembro/2019), as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 18.714.459,15 e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência, tiveram uma liquidação total de R\$ 6.844.657,38, obtendo-se um **resultado superavitário** de R\$ 11.869.801,77, o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$ 89.558.698,78 (31/12/2019), os quais encontram-se depositados em contas bancárias específicas, devidamente aplicados em fundos de investimentos.

## **8. RESTOS A PAGAR**

Pelo encerramento do exercício de 2019, no que se refere aos restos a pagar processados e não processados, conforme dados constantes no RVE – Relatório de Validação e Encaminhamento remetido ao TCE, considerando todas as fontes de recursos, obtivemos os seguintes resultados:

**QUADRO 9 - RESTOS A PAGAR - TODAS AS FONTES DE RECURSOS**

<b>PODER / ÓRGÃO</b>	<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A</b>	<b>RESTOS NÃO PROCESSADOS B</b>	<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA C</b>	<b>SALDO FINAL = (C - A - B)</b>
EXECUTIVO SEM O RPPS	1.298.813,09	1.036.814,74	7.064.801,20	4.729.173,37
RPPS	27.568,27	3.270,00	89.558.698,78	89.527.860,51
LEGISLATIVO	3.661,51	1.119,60	26.118,65	21.337,54
<b>TOTAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>1.330.042,87</b>	<b>1.041.204,34</b>	<b>96.649.618,63</b>	<b>94.278.371,42</b>

Analisando ainda os restos a pagar, separadamente por fontes de recursos, não tivemos nenhuma fonte com insuficiência financeira.

**9. COMENTÁRIO FINAL**

Os resultados apresentados permitem concluir que a Dívida Pública e a Despesa com Pessoal como proporção da Receita Corrente Líquida, encontram-se abaixo dos limites legais. Que aplicamos o mínimo necessário em MDE e ASPS. Que todos os itens relativos à Gestão Fiscal previstos na LRF e demais normas foram cumpridos.

MARCOS IVAN DOS SANTOS  
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças